



A ADMINISTRAÇÃO		LUIZ ALEXANDRE CADORIN - Contador - CRC 1SP243564/O-2
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria		
<p>O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco Daycoval S.A. ("Banco") foi instalado por deliberação do Conselho de Administração, visando a adoção das Melhores Práticas de Mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, atual Resolução nº 4.910, de 27 de maio de 2021, sendo composto por três membros, nos termos da legislação em vigor. A constituição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009, tendo entre suas atribuições, assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações contábeis, acompanhar o cumprimento das exigências legais e regulamentares e monitorar e avaliar a independência do auditor independente. A atual composição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.</p> <p>No âmbito de suas atividades, o Comitê: (i) se reuniu com os Auditores Independentes responsáveis pelo exame destas demonstrações contábeis e pela emissão de relatório sobre sua adequação em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Plano Contábil das Instituições Financeiras, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O Comitê também avaliou aspectos relacionados à contratação dos auditores, suas certificações e qualificações; (ii) acompanhou o planejamento e o cronograma dos trabalhos dos Auditores Internos e revisou os apontamentos e as conclusões dos trabalhos realizados no período, sempre avaliando o grau de risco dos apontamentos, bem como o <i>follow-up</i> destes apontamentos; (iii) avaliou os trabalhos desenvolvidos pela área de Gestão de Riscos, Controles e <i>Compliance</i> para o aprimoramento dos principais processos e sistemas, bem como os relatórios existentes para a gestão dos riscos e apoio à governança; (iv) avaliou o processo de emissão e apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a sua qualidade, transparência e integridade; (v) avaliou a eficácia dos controles internos do Banco e o sistema de gestão de riscos, bem como dos relatórios emitidos; (vi) abordou com a Administração do Banco temas relacionados</p>		
São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.		
O Comitê de Auditoria		
Eduardo Mormino – Coordenador do Comitê de Auditoria Rony Dayan - Membro do Comitê de Auditoria Reinaldo Cesar Filipovitch Lopes Molina - Membro do Comitê de Auditoria		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas	
<p>Aos Administradores e Acionistas do Banco Daycoval S.A.</p> <p><b>Opinião</b></p> <p>Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.</p> <p><b>Base para opinião</b></p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Ênfase</b></p> <p><i>Informações comparativas</i></p> <p>Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a qual descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria</b></p> <p>Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p><i>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</i></p> <p><i>Por que é um PAA?</i></p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2025, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passou a ser constituída levando em consideração os requerimentos da Resolução nº 4.966/21 do CMN, em substituição à Resolução nº 2.682 do BCB. Entre outros requerimentos, a referida norma requer que a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considere o modelo de perdas esperadas.</p> <p>O Banco desenvolveu e implementou políticas para a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 3.d) iv às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco; dessa forma, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e de especialistas.</p> <p><i>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?</i></p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e metodologias utilizadas pelo Banco na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (ii) entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas, que consideram modelos, premissas e bases de dados adotados pela Administração; (iii) envolvimento de especialistas na revisão das metodologias utilizadas pelo Banco na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iv) revisão, com base em amostragem, da aplicação dos critérios de provisão para perdas esperadas de certas operações; (v) análise do nível de provisionamento das carteiras; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.</p> <p><i>Conclusão da avaliação</i></p> <p>Consideramos que os critérios adotados pela Administração do Banco para mensurar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outros assuntos</b></p> <p><i>Demonstrações do valor adicionado</i></p> <p>As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor</b></p> <p>A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma</p>	
<p>de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b></p> <p>A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b></p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li><li>• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.</li><li>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.</li><li>• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.</li><li>• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</li><li>• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.</li></ul> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>São Paulo, 10 de fevereiro de 2026</p>	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 Vanderlei Minoru Yamashita Contador CRC nº 1 SP 201506/O-5	



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		
Senhores Acionistas,	<b>Governança Corporativa</b>	<b>Declaração da Diretoria</b>
A Administração do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.	O Daycoval Leasing adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. O Daycoval Leasing busca constantemente aprimorar seu modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos.	Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria do Daycoval Leasing declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
<b>Destaques Financeiros</b>	<b>Relacionamento com os Auditores Independentes</b>	<b>Agradecimentos</b>
O Daycoval Leasing apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 lucro líquido de R\$ 643,5 milhões (R\$ 159,0 milhões em dezembro de 2024). As carteiras de arrendamento mercantil e de operações de crédito encerraram 31 de dezembro de 2025 em R\$ 1,1 bilhões (R\$ 3,5 bilhões em dezembro de 2024). As captações de recursos são realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. e montam R\$ 59,6 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2024).	Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Daycoval Leasing que não sejam os de auditoria independente.	A Administração do Daycoval Leasing agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.
São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.		A Administração



Daycoval Leasing | Banco Múltiplo S.A. | CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

# Daycoval | Leasing

RESULTADOS

# 2025

## Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO			PASSIVO		
	Referência nota explicativa	2025		Referência nota explicativa	2025
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>726</b>	<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>59.632</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>1.772.925</b>	Depósitos interfinanceiros	11	59.632
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	668.851	<b>Provisões para riscos</b>	<b>14</b>	<b>7.363</b>
Títulos e valores mobiliários	6	25.131	Fiscais		6.480
Carteira de crédito	7	<b>1.078.943</b>	Cíveis		883
Operações de crédito		434.241	<b>Provisões e outras obrigações</b>		
Operações de arrendamento mercantil financeiro		634.850	<b>com Instrumentos financeiros</b>	<b>7.h</b>	<b>91</b>
Operações de arrendamento mercantil operacional		15.276	<b>Obrigações fiscais correntes e diferidas</b>	<b>13.b</b>	<b>246.137</b>
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional		(15.199)	<b>Outras obrigações</b>		<b>203.044</b>
Outros créditos com características de concessão de crédito		9.775	Sociais e estatutárias	12.a	153.769
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>7.h</b>	<b>(31.507)</b>	Diversas	12.b	49.275
Operações de crédito		(11.202)	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>1.395.958</b>
Operações de arrendamento mercantil		(20.301)	Capital social		643.781
Operações de outros créditos com características de concessão de crédito		(4)	Reservas de capital		350
<b>Ativos fiscais correntes e diferidos</b>	<b>13.b</b>	<b>156.824</b>	Reservas de lucros		751.827
<b>Outros créditos</b>		<b>5.465</b>			
Diversos	8	5.465			
<b>Outros valores e bens</b>		<b>2.411</b>			
Ativos não financeiros mantidos para venda		2.411			
Despesas pagas antecipadamente		-			
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>9</b>	<b>431</b>			
<b>Imobilizado de arrendamento operacional</b>	<b>10</b>	<b>4.950</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.912.225</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.912.225</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		<b>643.781</b>	<b>350</b>	<b>Legal</b>	<b>Estatutárias</b>	<b>246.237</b>	<b>99.516</b>
<b>Saldo em 30 de Junho de 2025</b>				<b>33.269</b>	<b>246.237</b>	<b>99.516</b>	<b>1.023.153</b>
Lucro líquido		-	-	-	-	525.635	525.635
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	26.282	-	(26.282)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	446.039	(446.039)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	-	(152.830)	(152.830)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2025</b>		<b>643.781</b>	<b>350</b>	<b>59.551</b>	<b>692.276</b>	<b>-</b>	<b>1.395.958</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2024</b>		<b>643.781</b>	<b>350</b>	<b>27.376</b>	<b>246.237</b>	<b>-</b>	<b>917.744</b>
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21		-	-	-	-	(12.450)	(12.450)
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2025</b>		<b>643.781</b>	<b>350</b>	<b>27.376</b>	<b>246.237</b>	<b>(12.450)</b>	<b>905.294</b>
Lucro líquido		-	-	-	-	643.494	643.494
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	32.175	-	(32.175)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	446.039	(446.039)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	-	(152.830)	(152.830)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2025</b>		<b>643.781</b>	<b>350</b>	<b>59.551</b>	<b>692.276</b>	<b>-</b>	<b>1.395.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. (“Daycoval Leasing”), com sede na Avenida Paulista, 1.842, na cidade e estado de São Paulo, controlado pelo Banco Daycoval S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, que está organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições integrantes do Conglomerado Daycoval, que atuam integralmente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhe forem atribuídos.

### 2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**a) Apresentação:** As Demonstrações Contábeis do Daycoval Leasing, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes. O Daycoval Leasing optou pela isenção facultada pela Resolução nº 4.966/21, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perdas com instrumentos financeiros ativos), nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido de abertura de 1º de janeiro de 2025, pelo valor líquido dos efeitos tributários ajustados em contrapartida ao valor do ativo na mesma data. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2026. O Daycoval Leasing adota critérios de apresentação em suas Demonstrações Contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativas complementares.

**b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”):** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Daycoval Leasing, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	4.975/21
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de contrato com cliente	4.924/21

**c) Normas emitidas com vigência no período corrente: i. Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores:** Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a fun-

cionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso. Em 01 de janeiro de 2025, devido à adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, houve constituição de provisão cujo efeito no patrimônio líquido foi de R\$12.450, líquido dos efeitos tributários. Não houve outros impactos de adoção inicial da referida norma. Disposições da Resolução CMN nº 4.966/21 que tiveram a vigência prorrogada: **• Reestruturação:** No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada, porém a resolução faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais das operações reestruturadas até 31 de dezembro de 2026. O Daycoval optou pela faculdade normativa e apresenta as operações reestruturadas de acordo com as condições repactuadas. **• Hedge Accounting:** Os dispositivos da norma buscam uma aproximação entre o registro contábil do hedge e a forma com que as instituições financeiras estruturam seu gerenciamento de riscos. A partir de 1º de janeiro de 2027 as operações de hedge accounting devem ser reclassificadas para as novas categorias conforme descrito abaixo: **• Hedge de valor justo;** **• Hedge de fluxo de caixa;** e **• Hedge de investimento líquido no exterior. ii. A Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores:** Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não foram identificados impactos relevantes na adoção inicial da referida resolução.

### 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional do Daycoval Leasing. **b) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado material. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4. **d) Instrumentos financeiros:** Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Daycoval Leasing se torna parte interessada na relação contratual do instrumento. **i. Classificação de ativos financeiros:** Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Daycoval Leasing passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **• Custo amortizado;** **• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL);** e **• Valor justo por meio do resultado. Modelo de negócio:** A classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros é definida com base no modelo de negócios da Administração para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o objetivo de: **• obter fluxos de caixa contratuais;** **• obter fluxos de caixa contratuais e venda;** ou **• venda.** Para que um ativo financeiro seja caracterizado como aquele que gera somente pagamento de principal e juros contratuais, seus fluxos de caixa devem incluir apenas a remuneração do dinheiro no tempo e o risco de crédito de contraparte. Caso as condições contratuais conduzam o ativo financeiro a uma exposição a riscos diversos ou imprevisibilidade na determinação dos fluxos de caixa, tais como alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado. Os contratos com características híbridas devem ser avaliados como um todo, ou seja, todas as características contratuais devem ser consideradas e, se estes contratos possuírem instrumento financeiro derivativo embutido, sua contabilização é efetuada considerando a mensuração ao valor justo por meio do resultado de todo o instrumento financeiro. **ii. Alteração dos modelos de negócio:** A reclassificação de ativos financeiros é exigida se, e somente se, o objetivo do modelo de negócios da entidade para o gerenciamento desses ativos mudar. Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros serão reclassificados, de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração de resultado contábil. **iii. Mensuração de ativos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos. **Custo amortizado:** É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, aplicando a metodologia de taxa efetiva de juros, deduzida even-

## Demonstração do resultado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	2º Semestre de 2025	2025
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>276.041</b>	<b>650.024</b>
Operações de crédito	16.a	41.326	76.489
Arrendamento mercantil financeiro	16.b	188.989	509.362
Arrendamento mercantil operacional	16.b	15.998	34.445
Resultado com Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.c	28.851	28.851
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	16.d	877	877
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(58.181)</b>	<b>(235.499)</b>
Operações de captação no mercado	16.f	(73.244)	(227.949)
Instrumentos financeiros derivativos	16.e	(16.598)	(46.056)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	7.h	31.661	38.506
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>217.860</b>	<b>414.525</b>
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>		<b>(14.886)</b>	<b>(24.980)</b>
Receitas de prestação de serviços		2.176	3.092
Despesas de pessoal	16.g	(4.738)	(10.054)
Outras despesas administrativas	16.h	(2.425)	(5.338)
Despesas tributárias	13.a	(16.686)	(39.621)
Outras receitas operacionais	16.i	8.449	30.477
Outras despesas operacionais	16.j	(1.662)	(3.536)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>202.974</b>	<b>389.545</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>16.k</b>	<b>14.492</b>	<b>38.542</b>
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro</b>		<b>217.466</b>	<b>428.087</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>13</b>	<b>308.833</b>	<b>216.346</b>
Provisão para imposto de renda		(31.887)	(36.997)
Provisão para contribuição social		(28.225)	(32.447)
Ativo fiscal diferido		368.945	285.790
<b>Participações no Resultado</b>		<b>(664)</b>	<b>(939)</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>525.635</b>	<b>643.494</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração do resultado abrangente para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre de 2025	2025
<b>Lucro Líquido</b>	<b>525.635</b>	<b>643.494</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>525.635</b>	<b>643.494</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre de 2025	2025
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido</b>	<b>525.635</b>	<b>643.494</b>
<b>Ajustes de Reconciliação Entre o Lucro Líquido</b>		
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>		
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	12.667	46.993
Depreciações e amortizações	104	222
Provisão (Reversão) para desvalorizações de imobilizado de arrendamento operacional	722	1.977
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.661)	(38.506)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(368.945)	(285.790)
Provisão (Reversão) para imposto de renda e contribuição social correntes	60.112	69.444
Provisão para participações no lucro	664	939
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	199	(15.668)
Reversão provisões operacionais	-	(342)
<b>Total dos Ajustes de Reconciliação</b>	<b>(326.138)</b>	<b>(220.731)</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>199.497</b>	<b>422.763</b>
<b>Varição de Ativos e Passivos</b>	<b>(278.298)</b>	<b>(453.695)</b>
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(668.851)	(668.851)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(25.131)	(25.131)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	45.790	77.868
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	2.739.305	2.460.282
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(81.151)	(129.515)
(Aumento) Redução em outros créditos	372.591	321.346
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.919)	(1.023)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(348.098)	(302.115)
Aumento (Redução) em depósitos	(2.297.184)	(2.161.341)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.650)	(25.215)
<b>Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais</b>	<b>(78.801)</b>	<b>(30.932)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de imobilizado de arrendamento operacional	(119.166)	(157.509)
Alienação de imobilizado de arrendamento operacional	190.745	213.169
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	(233)	(233)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento</b>	<b>71.346</b>	<b>55.427</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(37.772)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento</b>		<b>(37.772)</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7.455)</b>	<b>(13.277)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	8.181	14.003
Caixa e equivalente de caixa no final do período	726	726
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7.455)</b>	<b>(13.277)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

tual provisão para perda de crédito esperada. **Taxa efetiva de juros:** Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de originação atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato. Conforme disposições normativas o Daycoval Leasing optou por utilizar a metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado. Essa metodologia consiste em apropriar, de forma individual, as receitas pro rata temporis, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual e a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origemação de forma proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. A norma faculta o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais. **Valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O detalhamento e a hierarquia de valor justo, dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão detalhados na Nota 18. **iv. Operações de crédito, de arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na





Daycoval Leasing | Banco Múltiplo S.A. | CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

# Daycoval|Leasing

RESULTADOS  
2025

## Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### g) Renegociação e recuperação de operações com características de concessão de crédito i. Renegociação do saldo de operações renegociadas

	2025
<b>Composição do saldo de operações renegociadas (incluindo reestruturação)</b>	
<b>Operações em curso normal <sup>(1)</sup></b>	<b>103.303</b>
<b>Parcelas vindendas</b>	<b>103.303</b>
Até 3 meses	17.712
De 3 a 12 meses	35.575
De 1 a 3 anos	32.368
De 3 a 5 anos	17.648
Acima de 5 anos	-
<b>Operações em curso anormal <sup>(2)</sup></b>	<b>8.104</b>
<b>Parcelas vindendas</b>	<b>4.558</b>
Até 3 meses	1.464
De 3 a 12 meses	2.363
De 1 a 3 anos	633
De 3 a 5 anos	98
Acima de 5 anos	-
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>3.546</b>
Até 60 dias	1.016
De 61 a 90 dias	341
De 91 a 180 dias	785
De 181 a 360 dias	1.404
<b>Total</b>	<b>111.407</b>

<sup>(1)</sup> Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

<sup>(2)</sup> Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

### ii. Movimentação das operações renegociadas

	2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>684.002</b>
Pagamentos / amortizações no período de operações renegociadas <sup>(1)</sup>	(724.621)
Renegociação de operações	152.026
<b>Saldo final</b>	<b>111.407</b>

<sup>(1)</sup> Contempla a cessão de operações renegociadas da carteira de arrendamento mercantil, entre as empresas Daycoval Leasing (cedente) e Daycoval SAM (cessionária), no montante de R\$318.083, os detalhes da operação de cessão estão descritos na Nota 7.a.

Em 31 de dezembro de 2025, o Daycoval Leasing recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$1.149, conforme detalhado na Nota 16.b.

### h) Movimentação e composição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

#### i. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2025
<b>Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>52.142</b>
Ajustes de adoção inicial Resolução BCB nº 4.966/21	22.636
<b>Saldo inicial ajustado</b>	<b>74.778</b>
Créditos baixados como prejuízo	(4.674)
<b>Constituição (reversão) da despesa com provisão</b>	<b>(38.506)</b>
Perda Incorrida - Mínima requerida pela Res. BCB nº 352 <sup>(1)</sup>	5.196
Perda Esperada	(43.702)
<b>Saldo final da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>31.598</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução BCB nº 352, e alterações posteriores.

### 8 - OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

#### a) Diversos

	2025	
	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos salariais	320	-
Devedores por depósitos em garantia <sup>(1)</sup>	-	4.337
(-) Rendas a apropriar de contratos em taxa de compromisso <sup>(2)</sup>	(232)	-
Valores a receber sociedades ligadas	19	-
Devedores diversos <sup>(3)</sup>	1.021	-
<b>Total</b>	<b>1.128</b>	<b>4.337</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se à depósitos dados em garantia no montante de R\$4.460.

<sup>(2)</sup> Referem-se a mensuração dos juros de contratos em estágio pré contratual (taxa de compromisso).

<sup>(3)</sup> Referem-se substancialmente, a valores a receber de venda de imobilizado com vencimento em até 90 dias.

### 9 - IMOBILIZADO DE USO

	2025		
	Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada
Instalações	10%	208	(178)
Mobiliário	10%	1.035	(980)
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.204	(1.148)
Veículos	20%	305	(15)
<b>Total</b>		<b>3.254</b>	<b>(2.823)</b>

### 10 - IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

	2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização
Máquinas e equipamentos	136.200	(125.510)	(5.740)
<b>Total</b>	<b>136.200</b>	<b>(125.510)</b>	<b>(5.740)</b>

### 11 - DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e a prazo são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	2025		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
<b>Avaliados pelo seu custo amortizado</b>			
Depósitos interfinanceiros <sup>(1)</sup>	1.556	58.076	59.632
<b>Total</b>	<b>1.556</b>	<b>58.076</b>	<b>59.632</b>

<sup>(1)</sup> Os depósitos interfinanceiros, mantidos junto ao Banco Daycoval (Controlador), estão sujeitos a variação de 100% do CDI.

### 12 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Sociais e estatutárias:

	2025
Dividendos a pagar	152.830
Programa de participação nos resultados	939
<b>Total</b>	<b>153.769</b>

#### b) Diversas:

	2025	
	Curto prazo	Longo prazo
Credores diversos <sup>(1)</sup>	41.844	-
Provisão para pagamentos a efetuar <sup>(2)</sup>	1.787	957
Credores por recursos a liberar <sup>(3)</sup>	83	-
Despesas administrativas a pagar	102	-
Valores a pagar sociedade ligadas	4.502	-
<b>Total</b>	<b>48.318</b>	<b>957</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se, substancialmente, a fornecedores de equipamentos de arrendamento.

<sup>(2)</sup> Referem-se a provisões para despesas de pessoal, férias e 13º salário.

<sup>(3)</sup> Referem-se a fornecedores de despesas administrativas.

### 13 - TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$ 240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras	20,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

### a) Despesas com impostos e contribuições

#### i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	2025
<b>Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado</b>	<b>427.148</b>
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes <sup>(1)</sup>	(192.217)
<b>Acréscimos/Decrêscimos aos encargos de IR e CSLL</b>	
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	5.014
Outros valores <sup>(2)</sup>	403.549
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do período</b>	<b>216.346</b>
Imposto corrente	(69.444)
Imposto diferido	285.790
<sup>(1)</sup> As alíquotas vigentes do IRPJ e CSLL consideradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são de 45%.	
<sup>(2)</sup> Refere-se substancialmente a transferência dos efeitos fiscais supervenientes de depreciação, ocorridos com a cessão da carteira de crédito do Daycoval Leasing para a Daycoval SAM, no montante de R\$ 411.115.	
<b>ii. Despesas tributárias</b>	
Contribuições ao COFINS	14.906
Contribuições ao PIS / PASEP	2.422
ISS	22.159
Outras despesas tributárias	134
<b>Total</b>	<b>39.621</b>

#### b) Ativos e obrigações fiscais

	2025
<b>Ativos fiscais</b>	
<b>Correntes</b>	<b>127.631</b>
Impostos e contribuições a compensar <sup>(1)</sup>	127.631
<b>Diferidos</b>	<b>29.193</b>
Créditos tributários (nota 13.d)	29.193
<b>Total</b>	<b>156.824</b>
<b>Obrigações fiscais</b>	
<b>Correntes</b>	<b>72.287</b>
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	69.444
Impostos e contribuições a recolher	2.843
<b>Diferidos</b>	<b>173.850</b>
Obrigações fiscais (nota 13.d)	173.850
<b>Total</b>	<b>246.137</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se substancialmente ao montante de R\$83.735 de CSLL a compensar, devido alteração da metodologia de cálculo para CSLL pelo Daycoval Leasing, após a Súmula do CARF nº 136 que tornou os ajustes decorrentes de superveniências e insuficiências de depreciação dedutíveis na apuração da base de cálculo.

**c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo):** Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

#### d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	2024	Constituição (Realização)	2025
<b>Créditos tributários</b>			
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:</b>			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	9.877	(8.758)	1.119
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	32.599	(9.547)	23.052
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.814	(21.812)	2
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	2.444	2.576	5.020
Outras adições temporárias	21.577	(21.577)	-
<b>Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>88.311</b>	<b>(59.118)</b>	<b>29.193</b>

#### Obrigações fiscais diferidas:

Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	31.732	-	31.732
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre superveniência	497.162	(323.508)	173.654
Atualização monetária de depósitos judiciais	51	145	196

#### Total das obrigações fiscais diferidas

#### sobre diferenças temporárias

#### e) Previsão de realização dos créditos tributários:

	2025		
	Diferenças temporárias	Contribuições	Total de
	Imposto de renda	social	impostos diferidos
Até 1 ano	7.096	5.677	12.773
Até 2 anos	2.895	2.316	5.211
Até 3 anos	860	688	1.548
Até 4 anos	937	749	1.686
Até 5 anos	937	749	1.686
Acima de 5 anos	3.494	2.795	6.289
<b>Total</b>	<b>16.219</b>	<b>12.974</b>	<b>29.193</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$24.342 e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Conglomerado Daycoval, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

### 14 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

**a) Ativos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2025, o Daycoval Leasing não reconheceu ativos contingentes.

**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O saldo de provisões para riscos cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	2025
Processos cíveis	883
Processos fiscais	6.480
<b>Total</b>	<b>7.363</b>

#### Saldo no início do exercício

Constituição (reversão)

#### Saldo ao final do exercício

**c) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir:** O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS e de ISS no município de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações é de R\$6.480.

### 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social:** O capital social é de R\$643.781, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 5.780.078.463 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

#### b) Reservas de capital e lucros:

	2025
<b>Reserva de capital</b>	<b>350</b>
<b>Reservas de lucros</b>	<b>751.827</b>
Reserva legal <sup>(1)</sup>	59.551
Reservas estatutárias <sup>(2)</sup>	692.276

<sup>(1)</sup> Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

<sup>(2)</sup> É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

### c) Dividendos:

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

i. Demonstração dos dividendos obrigatórios:

	2025
<b>Lucro líquido</b>	<b>643.494</b>
(-) Constituição de reserva legal	(32.175)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>611.319</b>
Valor dos dividendos obrigatórios	152.830
<b>d) Lucro líquido por ação</b>	
	<b>2025</b>
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas</b>	643.494
<b>Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações</b>	
Ações ordinárias	643.494
<b>Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social <sup>(1)</sup></b>	5.780.078.463
Ações ordinárias	
<b>Lucro líquido por ação - Básico</b>	
Ações ordinárias	0,11133
<b>Lucro líquido por ação - Diluído</b>	
Ações ordinárias	0,11133

<sup>(1)</sup> A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20.

### 16 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

#### RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

##### a) Operações de crédito

	2025
Empréstimos e financiamentos	74.130
Receitas de títulos e créditos a receber	2.359
<b>Total do resultado com operações de crédito</b>	<b>76.489</b>

##### b) Operações de arrendamento mercantil

	2025
<b>Resultado com operações de arrendamento mercantil</b>	<b>543.807</b>
<b>Rendas com operações de arrendamento mercantil financeiro</b>	<b>509.362</b>
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	1.537.493
Lucro na alienação de bens arrendados	83.899
(-) Despesas de arrendamento mercantil financeiro	(1.168.581)
Ajuste a valor justo de arrendamento mercantil - objeto de hedge	55.402
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 7.g)	1.149

#### Rendas com operações de arrendamento mercantil operacional

Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	83.562
Lucro na alienação de bens arrendados	14
(-) Despesas de arrendamento mercantil operacional	(2.138)
Depreciação de Bens Arrendados	(46.993)

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as receitas de aplicações em depósitos interfinanceiros realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. (Controlador), apresentaram montante de R\$28.851.

#### d) Títulos e valores mobiliários

	2025
Títulos de renda fixa	881
Ajuste a valor justo	(4)
<b>Total</b>	<b>877</b>

### DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

#### e) Instrumentos financeiros derivativos

	2025
<b>Instrumentos financeiros derivativos <sup>(1)</sup></b>	
<b>Ganhos</b>	
Swap	38.991
<b>Perdas</b>	
Swap	(85.047)
<b>Total</b>	<b>(46.056)</b>

<sup>(1)</sup> Os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval Leasing eram realizados, tendo como contraparte o Banco Daycoval S.A. (Controlador), com o objetivo de compensar as variações sobre os ajustes do valor justo da carteira de arrendamento mercantil. Em decorrência da cessão realizada em setembro de 2025 as operações com derivativos foram descontinuadas.

**f) Operações de captação no mercado:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas de captação em depósitos interfinanceiros realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. (Controlador), apresentaram montante de R\$227.949.

### OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

#### g) Despesas de pessoal

	2025
Proventos	(5.117)
Encargos sociais	(2.137)
Benefícios	(1.481)
Honorários da diretoria	(1.319)
<b>Total de despesas com pessoal</b>	<b>(10.054)</b>

#### h) Outras despesas administrativas

	2025
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	(1.467)
Despesas de processamento de dados	(1.777)
Outras despesas administrativas	(1.358)
Despesas de aluguéis e seguros	(332)
Despesas de depreciação e amortização	(222)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(75)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(75)
Despesas de Transporte	(14)
Despesas de comunicações	(17)
Despesas de água, energia e gás	(1)
<b>Total de outras despesas administrativas</b>	<b>(5.338)</b>

#### i) Outras receitas operacionais

	2025
Outras receitas operacionais <sup>(1)</sup>	13.120
Reversão de contingências cíveis	321
Reversão de contingências fiscais	16.714
Atualização de depósitos judiciais	322
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>30.477</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a atualização monetária de IR/CS a compensar

#### j) Outras despesas operacionais

	2025
Outras despesas operacionais	(2.169)
Contingências Fiscais	(1.245)
Contingências Cíveis	(122)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(3.536)</b>
<b>k) Resultado não operacional</b>	



Daycoval Leasing | Banco Múltiplo S.A. | CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

RESULTADOS  
2025

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Transações	Ativo (passivo) 2025	Receita (despesa) 2025	2025
Controlador	609.835	(245.154)	
Banco Daycoval S.A.	609.835	(245.154)	
Disponibilidades	616	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	668.851	28.851	
Operações com derivativos	-	(46.056)	
Depósitos interfinanceiros	(59.632)	(227.949)	
b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025, quais sejam:			
Ativo (passivo)	2025		
	Taxa de remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Transações		De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Aplicações interfinanceiras de liquidez		Acima de 5 anos	Total
Controlador	-	668.851	-
Banco Daycoval S.A.	-	668.851	-
Depósitos interfinanceiros	(1.556)	(58.076)	-
Controlador	(1.556)	(58.076)	-
Banco Daycoval S.A.	100% CDI (1.556)	(58.076)	-
c) Remuneração do pessoal-chave da administração, anualmente, quando da realização da assembleia geral ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o estatuto social. Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, o montante global de remuneração de até R\$1,8 milhão.			

Classificação contábil

Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:

Por meio do resultado

Títulos e valores mobiliários

25.131

2025

Nível 1

Remuneração (pró-labore)

1.319

Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)

32

Total de remuneração

1.351

O Daycoval Leasing não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

18 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo: O Daycoval Leasing utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento; • Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e • Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. b) Método de apuração do valor justo: Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval Leasing sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

2025

Nível 1

Classificação contábil

Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:

Depósitos interfinanceiros

59.632

59.807

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

19 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Conglomerado Daycoval exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para a tomada de decisões de sua Administração. O Daycoval Leasing, como parte integrante do Conglomerado Daycoval, adota a mesma estrutura de gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de conformidade e de responsabilidade social, ambiental e climática.

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Relacionamento com auditores: Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para a auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente. O Daycoval Leasing adota a mesma política de contratação de serviços da empresa de auditoria independente, utilizada pelo Banco Daycoval S.A., líder do Conglomerado Prudencial.

A ADMINISTRAÇÃO

Contador: LUIZ ALEXANDRE CADORIN - CRC 1SP243564/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase: Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a) às demonstrações contábeis, a qual descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em

conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Vanderlei Minoru Yamashita  
Contador  
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

Daycoval Leasing

Daycoval Leasing Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A. | CNPJ: 57.731.012/0001-03

daycoval.com.br

DAYCOVAL LEASING – SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

RESULTADOS  
2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Daycoval Leasing - Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A. ("Daycoval SAM"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.	<b>Governança Corporativa</b>  A Daycoval SAM adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. A Daycoval SAM busca constantemente aprimorar seu modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos.	<b>Declaração da Diretoria</b>  Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria da Daycoval SAM declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
<b>Destaques Financeiros</b>  A Daycoval (Lucro líquido de R\$ 0,5 milhão em dezembro de 2024). A carteira de arrendamento mercantil encerrou 31 de dezembro de 2025 em R\$ 3,1 bilhões. As captações de recursos são realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. e montam R\$ 3,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025. A administração ressalta que as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Esse pressuposto considera que a Daycoval SAM continuará em operação no futuro previsível, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal de suas atividades e opera em sua plena capacidade operacional, em linha com o plano de negócio estabelecido pela administração.	<b>Relacionamento com os Auditores Independentes</b>  Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi contratada para a prestação de outros serviços a Daycoval SAM que não sejam os de auditoria independente.	<b>Agradecimentos</b>  A Administração da Daycoval SAM agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada.